

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA INTEGRAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO AMBIENTE EDUCACIONAL
CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN THE INTEGRATION OF THE PEDAGOGICAL AND POLITICAL PROJECT AND DEMOCRATIC MANAGEMENT IN THE EDUCATIONAL ENVIRONMENT

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.18.1-19

Lucimar Barbosa Pereira Matos ¹

RESUMO

Esta pesquisa decorre de reflexões teóricas e experiências na disciplina de PPP e no ambiente escolar público, visando aprofundar a análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP). O objetivo é compreender as discrepâncias na gestão democrática em escolas públicas, destacando a importância da gestão baseada no PPP para promover uma educação de qualidade. Refletindo sobre experiências em escolas públicas, reconhecemos o PPP como guia orientador, delineando o caminho educacional e promovendo decisões participativas. Contudo, há desafios na implementação plena de práticas democráticas devido a obstáculos burocráticos e resistência à mudança. A fundamentação teórica enfatiza os princípios da gestão democrática, destacando o envolvimento da comunidade educacional nas decisões. O PPP emerge como ferramenta para articular objetivos educacionais, metodologias e valores, alinhando-os aos amplos objetivos de uma sociedade democrática. Em síntese, esta pesquisa sublinha o papel crucial do PPP na promoção da gestão democrática nas escolas públicas, defendendo a busca contínua por um ambiente educacional participativo e democrático, assegurando que os alunos se desenvolvam como cidadãos ativos em uma nação democrática.

PALAVRAS-CHAVES: Gestão democrática. Projeto político-pedagógico. Escola pública.

ABSTRACT

This research stems from theoretical reflections and experiences in the Pedagogical and Political Project (PPP) discipline and the public school environment, aiming to deepen the analysis of the Pedagogical and Political Project (PPP). The goal is to understand the discrepancies in democratic management in public schools, emphasizing the importance of PPP-based management to promote quality education. Reflecting on experiences in public schools, we recognize PPP as a guiding framework, outlining the educational path and promoting participatory decisions. However, challenges exist in fully implementing democratic practices due to bureaucratic obstacles and resistance to change. The theoretical foundation emphasizes the principles of democratic management, highlighting the involvement of the educational community in decision-making. PPP emerges as a tool to articulate educational goals, methodologies, and values, aligning them with the broader objectives of a democratic society. In summary, this research underscores the crucial role of PPP in promoting democratic management in public schools, advocating for the continuous pursuit of a participatory and democratic educational environment, ensuring that students develop as active citizens in a democratic nation.

KEYWORDS: Democratic management. Pedagogical and Political Project. Public school.

Especialização em Fundamentos da Educação pela Universidade Estadual da Paraíba, Brasil (2014). Professor Educação Básica 3 C III do Governo do Estado da Paraíba, Brasil. **E-MAIL:** lucimar.aroeras@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/8779651478886840.

INTRODUÇÃO

A propósito dos desafios e perspectivas da gestão democrática e do projeto político-pedagógico, é pertinente construir o entendimento acerca da gestão na escola pública. Considerando que a sociedade atual camufla os conflitos e interesses sociais, a escola não age com neutralidade, mas constantemente sofre pressões, valores e enfrenta fracassos no âmbito escolar, refletindo, conseqüentemente, na sociedade. Na perspectiva de uma educação construída em bases democráticas, este estudo tem como objetivo promover uma reflexão sobre a escola democrática, autônoma e responsável, onde os sujeitos sejam capazes de lutar por seus direitos como cidadãos críticos e autênticos, na busca de sua autonomia

Neste contexto, a gestão democrática adquiriu um novo significado, pois, em outras épocas, restringia-se apenas ao acesso à escola. Atualmente, essa mudança na democratização é resultado de conquistas e movimentos sociais que reivindicavam participação na tentativa de redemocratização do país, mediante severas críticas ao modelo centralizado, hierarquizante e autoritário das políticas de Estado.

Portanto, inserir a gestão democrática na escola se tornou necessária e é definida pela Lei 9394/96, que propõe a gestão democrática mediante os princípios de participação coletiva e autonomia. Esses princípios representam os desafios da escola pública na busca por mudanças na gestão escolar. No entanto, a gestão democrática deve entrelaçar-se ao Projeto Político-Pedagógico, sendo um mecanismo para a democratização da escola. Sua proposta é ampliar o espaço de consolidação da autonomia. Além disso, o Projeto Político-Pedagógico no ambiente escolar atua de forma eficiente, auxiliando a escola a superar desafios. Aliado à gestão democrática, potencializa ações que visam melhorias no ensino e na aprendizagem, tanto dentro como fora da escola.

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA

Examinando com profundidade os múltiplos aspectos que envolvem a participação da comunidade na gestão da escola pública, Paro (idem, p.154) constata o seguinte:

Embora a participação de pais e alunos nas decisões do conselho escolar nem sempre se faça da forma intensa que muitos poderiam esperar, o fato de ser aí o local onde se tornam ou se retificam decisões de importância para o funcionamento da unidade escolar tem feito com que este órgão se torne a instância onde se explicitam e procura resolver importantes contradições da vida escolar.

Essa compreensão foi crucial para desvendar o papel muitas vezes meramente formal desempenhado pelo conselho escolar, ao mesmo tempo em que possibilitou vislumbrar um avanço em termos de descentralização da escola pública. É importante destacar o papel que o conselho escolar desempenha no contexto das relações sociais que permeiam a realidade da instituição educativa. A Gestão Democrática é um dos princípios fundamentais da educação. Pode ser considerada como o meio pelo qual todos os segmentos que compõem o processo educativo participam da definição dos rumos da educação, em um processo contínuo de avaliação de suas ações. Isso envolve um diálogo constante para gerar novas decisões.

Este princípio está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, que destaca em seu artigo 3º, inciso VIII, a 'gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino'. Nesse sentido, a gestão democrática participativa é fundamental para o estabelecimento de novas relações na organização

escolar, principalmente no que se refere à efetividade do ensino.

A existência de instâncias de reflexão e decisão entre gestores, educadores, funcionários, educandos, pais e comunidade organizada promove o empoderamento dos diversos segmentos da comunidade escolar, a aprendizagem do compromisso com o social, o respeito às regras, a solução coletiva dos problemas e o respeito ao outro. Em resumo, destaca-se o papel social e político da escola.

Portanto, a escola organiza duas instâncias de gestão democrática: o conselho escolar e o colegiado estudantil. Nesse processo de organização, é de fundamental importância a relação escola-comunidade para a qualificação do Projeto Político-Pedagógico e o acompanhamento da aprendizagem escolar. A vivência coletiva estimula os educandos a uma maior organicidade, e a experiência demonstra que essa participação contribui para que os educandos compreendam as diversas formas existentes de compromisso com a sociedade, os mecanismos de participação e de gestão, promovendo, assim, a aprendizagem cooperativa.

Nessa perspectiva, o colegiado estudantil propicia a construção da autonomia. Segundo Barroso (1998, p.16)

O conceito de autonomia está etimologicamente ligado à ideia de autogoverno, isto é, a faculdade que os indivíduos (ou as organizações) têm de se regerem por regras próprias e de que a autonomia pressupõe a liberdade (e capacidade) de decidir, ela não se confunde com a “independência “[na medida em que a] autonomia é um conceito relacional [...] sua ação sempre exerce num contexto de interdependência num sistema de relações.

Portanto, a autonomia vem acompanhada por responsabilidade. Ambas são dimensões indissociáveis,

sendo uma a prática concreta da outra. Isso favorece o desenvolvimento social, cognitivo, afetivo, moral e crítico dos educandos, permitindo que as crianças exercitem suas capacidades, elevem a autoestima, desenvolvam o espírito cooperativo e cultivem o sentimento de pertencimento ao grupo.

Como afirma Vitor Paro, 'uma gestão escolar com efetiva participação de usuários não deveria se limitar à comunicação dos pais sobre o andamento de suas atividades'; pelo contrário, a participação dos usuários deveria ocorrer também 'na própria avaliação dos serviços que a escola presta'. Em outras palavras, 'a avaliação, como elemento imprescindível no processo de realização dos objetivos em que se constitui a administração escolar, não pode consistir apenas na aferição do desempenho discente feita pelos professores, nem nas avaliações externas[...] deve levar em conta todo o processo escolar e incluir como avaliadores permanentes aqueles que beneficiam de seus serviços', o que abrange não apenas os alunos, mas também seus pais e responsáveis (Paro, 2001, pp. 59-60).

O modelo de gestão democrática trouxe uma nova legitimidade às tarefas de gestão, mas também introduziu novas implicações nos processos de avaliação das escolas. O fortalecimento da escola pública requer, portanto, a criação de uma cultura de participação para todos os seus segmentos e a melhoria de suas condições. Este é o desafio para os educadores que acreditam na possibilidade de criar espaços democráticos como superação da nova lógica de mercado presente na nova política educacional.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.

Em uma escola que busca autonomia, a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) é de suma importância, pois é a partir deste documento que a escola conseguirá alcançar seus objetivos, sejam eles de caráter político ou pedagógico. No ambiente

escolar, o indivíduo se forma para o exercício da cidadania, uma vez que é na escola que se trabalha a construção do sujeito na sociedade em que está inserido.

A escola, em sua administração, não pode ser centralizada apenas no gestor. Em um ambiente em que apenas o gestor resolve o que fazer e como agir, a escola não poderá crescer e atuar na sociedade, contribuindo para a formação do indivíduo. A escola deve ser autônoma e democrática, como destaca Veiga (1995): 'Para que exista uma vivência democrática, é necessária a existência de uma ação política e pedagógica da escola'.

Em suma, isso nos mostra que a escola é um lugar onde alunos, professores, comunidade, pais e demais funcionários devem ter vez e voz. Todos devem se empenhar e participar da construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) para a escola, pois é a partir dele que muitos problemas poderão ser solucionados. Se todos se empenharem em trabalhar o planejamento escolar com afinco, analisando, por exemplo, a melhor maneira de abordar os conteúdos didáticos para que haja um maior entendimento e seja erradicada a reprovação, a escola obterá sucesso.

Como afirma Vasconcellos (1995, p. 92), 'cabe ao planejamento a oportunidade de repensar todo o fazer escolar, como um caminho de formação dos educadores e dos educandos, bem como de humanização, de desalienação e de libertação'. Com base nesta afirmação, pode-se dizer que o Projeto Político-Pedagógico fornecerá suporte para tais ações. As metas propostas pela escola só terão êxito se a escola for um espaço verdadeiramente democrático e autônomo, autonomia esta gerada por meio de uma gestão democrática na escola pública.

Refletindo sobre a importância de uma gestão democrática, Ferreira (1999, p.124), nos diz que a gestão significa tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometida com a formação da cidadania. E, pensar

na gestão democrática da escola pública nos remete obrigatoriamente, pensar a possibilidade de organicamente constituir a escola como espaço de contradição, delimitando os processos de organização dos segmentos escolares diante de seu papel enquanto escola pública.

Sob a ótica desse contexto, Saviani (1996, p. 120-121) relata como deveria ser uma educação que constrói um cidadão crítico em um mundo globalizado: 'A gestão do mundo globalizado e a gestão educacional devem se alicerçar em ideais que necessitam ser firmados, explicitados, compreendidos e partilhados nas tomadas de decisões sobre a formação dos cidadãos, que estejam atuantes a dirigir o mundo e as instituições. Compreendendo a educação como uma mediação que se realiza num contexto social que se faz a partir das determinações da contemporaneidade e a partir do ser que se aprende, necessário se faz a estes dois "mundos" para cumprir com a responsabilidade de educador em formar mentes e corações'

RESULTADOS E DISCUSSÕES: PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA VISÃO DE UM PROFESSOR ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA.

Este estudo é resultado de uma reflexão aprofundada sobre a visão do professor em relação ao projeto político-pedagógico em uma escola pública. É sabido que o projeto político-pedagógico é um processo contínuo de reflexão e discussão na construção da democratização da escola. Nesse sentido, procuramos compreender a significação do projeto político-pedagógico e como ele é compreendido pelos professores. Para isso, conduzimos uma entrevista com um professor da escola pública, com a intenção de entender sua percepção sobre o PPP.

De acordo com Veiga (2002), o conceito de projeto político-pedagógico é descrito como um documento que se configura em agrupamentos de planos construídos e vivenciados, com intenções

reflexivas que definem a identidade da escola, organizam o trabalho pedagógico e indicam os caminhos para ensinar com qualidade. Para o autor, o projeto político-pedagógico 'é uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente', sendo assim, uma reflexão e investigação mediante observação e análise do contexto escolar e da realidade social na qual a escola e seus sujeitos estão inseridos.

Ao analisar a entrevista sobre o que é o projeto político-pedagógico, o professor afirma: 'É um documento que a escola se orienta, quando usado, mas que na maioria das vezes é feito e engavetado, que é para a escola não ter autonomia e sim a secretaria de educação'. A partir dessa análise, conclui-se que o professor não está ciente da real função e importância do projeto político-pedagógico na escola. No entanto, percebe-se que o professor não tem acesso ou não participou da construção do projeto político-pedagógico, além de caracterizá-lo como uma tarefa burocrática, limitada à secretaria de educação, sem construção coletiva e articulação das ações escolares.

As reflexões decorrentes dessa experiência do professor sobre o projeto político-pedagógico destacam a necessidade de efetivas discussões, debates, proposições e a importância do projeto político-pedagógico nos espaços escolares.

Com relação ao porquê da necessidade de elaboração do projeto político-pedagógico, o professor responde:

"Há necessidade de elaboração do projeto político-pedagógico porque se este reflete qualidade da escola, porém a escola que da qual faço parte não tem projeto político-pedagógico, no entanto, se destaca pelo bom índice no IDEB"

Sabe-se que, para a elaboração do projeto político-pedagógico e a organização do trabalho da escola como um todo, Saviani (1982, apud Veiga, 2002,

p. 3) destaca que o projeto político-pedagógico proporciona igualdade de condições para acesso e permanência na escola, qualidade educacional para todos e gestão democrática como princípio que abrange as dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras. Isso implica em repensar a estrutura de poder da escola, visando à socialização e à participação que asseguram a transparência das decisões, a liberdade associada à autonomia e a valorização do professor.

Inserida neste contexto, a autonomia é compreendida como a condição de uma pessoa ou coletividade autônoma, ou seja, determina suas próprias leis, caracterizando a vontade pura que se determina apenas pela sua própria essência, exclusivamente pela forma universal da lei moral (Lalande, 1996, apud Dias, 2007, p. 3). Uma escola autônoma é aquela que tem a liberdade de montar seu projeto político-pedagógico. Diante desse esclarecimento, surge a questão: o projeto político-pedagógico confere à escola autonomia ou regulação? O professor responde: 'Autonomia, pois com a elaboração do projeto político-pedagógico, a escola passa a nortear suas ações em busca de melhorias visando o ensino e o aprendizado de modo sistêmico de acordo com a realidade diária dos alunos'. Essa afirmação evidencia que o professor está ciente do poder de participação e democratização desse documento.

Um primeiro aspecto para a construção do projeto é conhecer a realidade do meio social em que a escola se encontra, identificando participantes, interações e influências geográficas, políticas, econômicas e culturais. Esses são requisitos a serem analisados antes da construção do Projeto Político-Pedagógico. O segundo aspecto, de extrema necessidade à construção e definição do projeto, é ter a certeza de que o PPP é um processo participativo de decisões, com organização e trabalho pedagógico que desvele conflitos e contradições, buscando autonomia

de princípios e pautando-se na solidariedade entre seus agentes, estimulando a participação de todos. Além disso, deve explicitar de forma clara e objetiva a superação dos problemas e estar ciente da realidade vivenciada, dedicando-se explicitamente ao compromisso de formação do cidadão.

O terceiro aspecto refere-se à execução do projeto e à qualidade, indicando que o Projeto Político-Pedagógico deve nascer da própria realidade, ser construído pela comunidade escolar como um todo, explicitar claramente os problemas e situações para chegar à superação dos mesmos, prever condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação, sem esquecer que o projeto deve ser um articulador entre todos os envolvidos e com a realidade da escola. Por fim, o PPP deve ser construído continuamente, como produto e processo, incorporando ambos numa interação possível. O PPP é um documento reflexivo da realidade da escola, clareando e orientando a ação educativa da instituição (Veiga, 2002).

Com relação à importância da participação na construção do PPP e ao apoio pedagógico, o professor A indaga: “Sim, pois sem a participação da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico, não há PPP. Na escola em que trabalho, não existe um projeto político-pedagógico”. É notória a importância de acompanhar o dia a dia da escola, dos profissionais, ouvir, ler, levantar questões, observar e registrar tudo, compreender o que ocorre dentro e fora da escola, na sala de aula, as relações pedagógicas, as atitudes que a escola tem tomado, os valores e crenças perseguidos para organizar o trabalho pedagógico necessário à construção do PPP da escola.

Ao ser questionado sobre a centralização no processo de construção do projeto durante o desenvolvimento das atividades na escola, o professor respondeu: “Na escola, ainda não existe um projeto político-pedagógico, mas houve uma iniciativa que não teve continuidade”. Essa fragmentação no conhecimento do professor em relação à construção do

projeto político-pedagógico indica uma fragilidade na escola. O processo de construção deveria ser democrático, superando essas dificuldades e rompendo com a burocratização, proporcionando autonomia à escola. Há uma falta de domínio de bases teórico-metodológicas indispensáveis para a concepção de coletividade.

Além das dificuldades enfrentadas, como a falta de flexibilidade nos horários, pois em alguns momentos os horários divergem, e a indefinição sobre quais projetos devem ser implementados. No entanto, essas dificuldades podem servir como aprendizado para o projeto, possibilitando que a escola trabalhe com um maior índice de frequência escolar, melhorando o aprendizado e combatendo a evasão escolar.

Contudo, salienta-se a importância do livro didático no qual deve ser adequado ao projeto político-pedagógico da escola; ao aluno e professor; e à realidade sociocultural das instituições. Conforme Sacristán menciona:

Seguramente, entre nós, a melhora do ensino também se deve, em boa parte, à maior qualidade dos livros-texto, mas falta, no entanto, uma política de intervenção decidida para fomentar a pesquisa e experimentação de materiais alternativos. (SACRISTÁN, 2000, p. 158)

O autor destaca que a melhoria do ensino deverá acontecer mediante melhoria na qualidade do Livro Didático, e ainda que a função do livro didático. Saviani discute a necessidade real do livro didático:

os livros didáticos serão o instrumento adequado para a transformação da mensagem científica em mensagem educativa. Nota-se, ainda, que, nesse caso, o livro didático é não somente o instrumento adequado, mas insubstituível, uma vez que os demais recursos não se prestam para a transmissão de um corpo de conhecimentos sistematizados como o é

aquele que constitui a ciência produto (SAVIANI, 2007, p. 136).

O livro didático é importante e por isso este deve passar por avaliação para conhecer e adequá-lo às suas reais condições. A propósito da importância e função do livro didático e se o projeto político-pedagógico pode funcionar como instrumento de regulação da prática, o professor entrevistado afirma:

“O livro didático é de fundamental importância para o processo de ensino aprendizagem, no entanto esses livros devem ser apropriados para atender cada categoria de aluno, como por exemplo, alunos da área urbana e alunos da área rural. Ou seja, o aprendizado será mais eficiente, se determinado conteúdo for contextualizado de acordo com o cotidiano do aluno. Sim, pois os professores já conhecem a realidade da escola e dos alunos, fazendo com que a teoria proposta no projeto político-pedagógico, seja mostrada na prática diária, levando-a a um aprendizado significativo.”

O professor é conhecedor da necessidade de escolha do livro didático adequado à realidade dos sujeitos que frequentam a escola, a importância da avaliação do livro didático para que atenda ao interesse do projeto político-pedagógico da escola. A adequação pedagógica do livro didático é de suma relevância ao projeto político-pedagógico no ambiente escolar. Contudo, o professor deve selecionar o livro que melhor se adapta à sua metodologia, além do mais, o livro dá subsídios à prática do professor.

De modo geral, a entrevista propiciou na prática conhecer a realidade vivenciada pelo professor em uma escola da rede pública de ensino, permitindo fazer um elo entre teoria e prática apreendida no espaço acadêmico e confronto com a vivência do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto político-pedagógico e a gestão democrática revelarão os conflitos e contradições da escola e da comunidade escolar, permitindo autonomia aos agentes escolares para participarem com maior ênfase neste projeto coletivo, refletindo o compromisso com a formação do ser humano de maneira democrática. Por conseguinte, a gestão democrática deve orientar o PPP para que este surja da sua própria realidade, identificando e solucionando problemas. O PPP deve ser executado e construído continuamente, proporcionando novos rumos para a melhoria da qualidade da escola pública e do ensino-aprendizagem significativo.

Essas prerrogativas estão garantidas; todas as escolas precisam elaborar seu projeto pedagógico. A comunidade escolar e as instâncias colegiadas tendem a tornar o espaço escolar democrático. Isso se faz necessário para superar desafios históricos de autoritarismo que sobrecarregaram a escola, desvalorizando as experiências de seus profissionais, alunos e demais envolvidos. No entanto, ainda encontramos um número considerável de escolas que não aderiram à gestão democrática e tampouco elaboraram seu Projeto Político Pedagógico. Esse é o grande desafio do sistema de ensino: implementar a gestão democrática em todas as escolas, uma conquista que, embora demore a alcançar todas as instituições, requer engajamento.

Por fim, a gestão democrática e o projeto político-pedagógico têm uma relação recíproca na dimensão política e pedagógica. O projeto político é um instrumento da gestão democrática na busca pela escola pública. Acreditar na superação dos problemas educacionais brasileiros é desafiador, mas também uma perspectiva que não deve sair de foco. A gestão democrática objetiva esclarecer as dificuldades que a escola enfrenta, partindo da autonomia, diálogo,

participação, ousadia, com a certeza de dias melhores, da emancipação do ser humano, da superação da reprodução e, enfim, ser um espaço que cria novos conhecimentos e os compartilha. A coexistência entre gestão democrática e Projeto Político Pedagógico entrelaça-se rumo à democratização da escola pública, criando espaços que oportunizam e articulam experiências e saberes, com compromisso social. Nesta perspectiva, a escola está em constante avaliação.

REFERÊNCIAS

CONCEIÇÃO, Marcos Vinicius; ZIENTARSKI, Clarice; PEREIRA, Sueli Menezes. **Gestão democrática da escola pública: possibilidades e limites**. UNIrevista - Vol. 1, nº 2: abril, 2006.

DIAS, Gilmar. **A dimensão política do projeto político-pedagógico**: rumo à autonomia política e pedagógica da escola pública. Revista Pedagogia em Debate – Desafios Contemporâneos. Disponível em: <http://www.utp.br/mestradoeducacao/vpedagogiae/mdebate/pddgd.htm>. Acessado em 5/3/2007 às 8h00min.

GADOTTI, Moacir. **O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1333491397.pdf. Acessado em 20 de novembro de 2023.

LONGHI, Simone Raquel Pagel; BENTO, Karla Lucia. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. **Revista de divulgação, técnico-científica do ICPG**. Vol. 3 n. 9 – jul. dez / 2006. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/londrina/arquivos/File/2pppumaconstrucaocoletiva.pdf>. Acessado em 13/11/12.

SACRISTÁN, J.G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SAVIANI, D. **Educação: do senso-comum à consciência filosófica**. 17 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

VEIGA, Ilma de Passos Alencastro. **Perspectivas para reflexão em torno do Projeto Político-pedagógico**. In: **Coletânea de Textos Didáticos**. Curso de pedagogia. Vol. 5, UEPB, 2011, p. 195 a 218.

_____. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14a edição Papirus, 2002. Disponível em: <http://pedagogia.dmd2.webfactional.com/media/gt/VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf>. Acessado em 13/11/12.